

## Coluna do Castello

## O jogo por trás das palavras

Os srs José Sarney e Ulysses Guimarães são dois políticos experimentados e, mesmo quando estão distantes, são capazes de identificar intenções e objetivos dos movimentos e falas de cada um. Para eles não há segredo quanto a estratégias e táticas pessoais recíprocas, tal o conhecimento mútuo dos respectivos temperamentos e modos de reação. No fundo, eles são parecidos ou, quando nada, respaldados pelo mesmo tipo de experiência e de inteligência da ação política.



Esse preâmbulo está posto aí para que se entenda que o presidente da Constituinte sabe perfeitamente o que o presidente da República disse na sua fala no amanhecer da sexta-feira que antecedeu o carnaval e o segundo sabe perfeitamente o que quis dizer o primeiro quando aludiu a duas faces de um mesmo personagem — Dom Pedro IV e Dom Pedro I — e quando agrediu os ministros militares da Junta de 1969 que subverteram um projeto de emenda constitucional elaborado por uma comissão comandada por Pedro Aleixo para agravar o sistema ditatorial imposto ao país.

O sr Ulysses Guimarães não é um energúmeno nem um ingênuo. Quando ele, já nos prolegômenos da política de distensão e de abertura, chamou o Presidente Ernesto Geisel, que dava com facilidade passos à frente e passos atrás, conforme seu mood ou as flutuações do "público interno", de "Id Amin branco", ele o fez deliberadamente por perceber que seria interna e externamente extremamente difícil à distensão lenta, gradual e segura a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos do presidente do único partido de oposição. O sacrifício coube ao líder da bancada de deputados, o arrojado Alencar Furtado, cujo desafio oratório oferecia ao governo a oportunidade de punir a oposição sem cortar a cabeça do seu chefe.

Agora também, ao falar nos "três patetas", o sr Ulysses Guimarães não quis agredir os três remotos personagens (um deles já desaparecido) do golpe dentro do golpe que foi a edição de uma nova e mais severa Constituição. Só por acidente de percurso aqueles personagens retornaram ao palco. Na realidade, o sr Ulysses Guimarães queria apenas responder ao presidente José Sarney, advertindo-o de que não ameaçasse a Constituinte estimulando o descontentamento dos militares com o texto de um dispositivo aprovado pelo plenário segundo o qual se entendeu que as Forças Armadas ficariam privadas do uso dos regulamentos disciplinares para prender oficiais desobedientes e inconformados.

O chefe do governo, que tecnicamente dispõe hoje de uma base de sustentação militar mais uniforme do que aquela que amparava o governo do marechal Eurico Dutra, contra quem sempre tomavam posições o brigadeiro Eduardo Gomes e dois ou três almirantes irredentos, na sua fala das seis horas da manhã criticou o texto aprovado pelo plenário da Constituinte de forma genérica mas de modo bastante explícito para que se percebesse aonde ele queria chegar. Nesse "chega pra lá", o presidente da Constituinte veio à forra com tanto menos risco quanto são perfeitas suas relações pessoais com os três ministros militares, especialmente com o general Leônidas Pires Gonçalves, e de quebra com o chefe do SNI, general Ivan de Sousa Mendes, um dos interlocutores mais eficazes entre os dois personagens da República civil.

Assim se desmonta um episódio, no qual no fundo não há conflito entre militares e civis mas tentativas de estimular e advertir, de um lado e de outro, de que cada um se ocupe do seu ofício sem tentar confundir o jogo. O general Leônidas considerou "infeliz e injusto" o conceito emitido pelo sr Ulysses Guimarães. O senador Fernando Henrique Cardoso, que é filho e neto de generais, considerou-o "pouco feliz", mas no fundo todos já se entenderam, com o benefício de estar esclarecido que nem as Forças Armadas se conformam com críticas aos seus chefes atuais ou pretéritos nem os líderes civis se intimidam com a hipótese de represálias militares ao comportamento dos constituintes.

## Informação e contra-informação

Transcrevo para leitura do correto jornalista Antonio Carlos Drummond, subchefe do Gabinete Civil para Assuntos de Comunicação Social, observação feita no Encontro Internacional de Jornalismo realizado em São Paulo e promovido pela IBM, pelo jornalista Antonio Franco, diretor assistente de *El País*, um dos cinco melhores jornais do mundo, sobre relações entre governo e imprensa:

"Uma questão a ser igualmente ressaltada é o apogeu de que desfrutam atualmente todas as técnicas de contra-informação, com a presença contínua e cada vez maior de supostos especialistas em relações públicas, de assessorias de imprensa, de assessores de imagem. Ou seja, de pessoas que se interpoem entre os jornalistas e os fatos. Parece-me que isso é uma grande ameaça para o futuro, porque mesmo que seja verdade — e seria injusto não reconhecer que em alguns casos esses profissionais atuam com honestidade, tentando facilitar o trabalho dos jornalistas — na maior parte das vezes sua missão é dupla. Tanto está voltada a filtrar apenas o aspecto parcial da informação que interessa ao poder, de forma a que ela transpire, como, por outro lado, a filtrar — e para que não transpire — a parte da informação que não interessa ao poder. Isto, no momento, está sendo feito na Europa com impecável eficiência.

Carlos Castello Branco

## Waldir acusa Sarney de cometer ofensa pessoal

Arquivo — 24/11/86

SALVADOR — Insatisfeito com os esclarecimentos dados pelo presidente Sarney a uma notícia publicada pelo JORNAL DO BRASIL no sábado, dia 13, o governador da Bahia, Waldir Pires, voltou a atacá-lo, dizendo que ele "reincidiu na lamentável postura de abdicar da respeitabilidade da mais alta função da República para responder colocações políticas com ofensas pessoais".

A notícia do JB reproduziu comentário do presidente feito a respeito da campanha que Waldir Pires vem fazendo em favor do mandato de quatro anos. O presidente, irritado com a postura do governador, afirmou, como foi publicado, que se o critério para a fixação do tempo de governo for o de desempenho "o mandato do sr. Waldir Pires não duraria 60 dias". Acrescentava ainda a notícia que mesmo assim, o presidente confessou ter sido tolerante e manteve Waldir Pires como ministro durante 9 meses.

Em resposta, Waldir Pires distribuiu anteontem à imprensa nota em que constatava que a notícia do JB não tinha sido desmentida e declarava: "O momento nacional requer responsabilidade. Lamento que o presidente da República se tenha permitido descer ao nível de comentar a posição política de um cidadão com ofensa pessoal. Não costumava ser esta a conduta do dr. Sarney. O Brasil não a tolera".

Acrescentava que tem posição de apoio ao mandato de quatro anos por entender "ser esta, hoje, a vontade da nação". E justificava: "Não é uma questão pessoal. O regime de transição precisa acabar, está se degradando. O anseio popular profundo por eleições diretas presidenciais este ano exprime a esperança de que o país se erga e vença a crise moral, econômica e social que o vem atormentando".

Em seguida, Waldir dizia que o seu desempenho no ministério da Previdência, caracterizado, segundo ele, por "luta cotidiana tenaz contra a corrupção e o clientelismo e pela eficiência administrativa" certamente não agradou a alguns, mas o que o reconforta é o julgamento dos milhões de segurados e suas famílias.

Após a leitura da nota de Waldir pelas estações de TV da Bahia, o Palácio do Planalto transmitiu a resposta de Sarney, divulgada em edição extraordinária pela TV Aratu: "Em nenhum momento fiz qualquer ofensa pessoal ao governador Waldir Pires, de quem, aliás, não tenho recebido o mesmo tratamento. Durante o tempo em que foi ministro, só recebi lisonjas e elogios. Eu não mudei".



Waldir: "Sarney está confundindo os personagens"

## Antes, houve até elogios

A reação de Waldir Pires aos esclarecimentos de Sarney foi contundente. Em entrevista coletiva, o governador afirmou: "Creio que todos sabem que eu nunca fui de lisonjear, nem de elogios fáceis. Minha vida, embora modesta, é a história de uma luta longa, intransigente contra todas as formas de prepotências e corrupção. O dr. Sarney está confundindo os personagens".

O governador apontou uma contradição no presidente: embora tenha criticado agora seu desempenho como ministro, na mensagem que enviou ao Congresso em 1986, Sarney destacou como fato significativo do seu governo a atuação do ministério da Previdência. Waldir até incluiu esse elogio no livro de balanço de sua gestão de ministro.

Waldir também lembrou que depois do enterro do presidente Tancredo Neves, em São João Del Rey, levou ao presidente Sarney uma carta entregando o cargo de ministro. "Isto está publicado no livro dos meus 11 meses (e não 9) à frente da Previdência. Fui um dos raros ministros a fazer isso. E minha permanência no cargo foi como expressão do PMDB e das forças políticas responsáveis pela luta

de 20 anos contra a ditadura e que elegeram Tancredo e Sarney".

O governador justifica assim sua opção pelos quatro anos de mandato, causa principal dos desentendimentos com Sarney: "Estamos enfrentando uma crise econômica que no fundo, no fundo, é uma grande crise política. O país está vivendo um processo de estagnação. Estamos às portas da recessão, com uma explosão de preços e do processo inflacionário que está sendo contido pela forma mais penosa para o poder de compra das grandes massas trabalhadoras. É um momento sério que temos que vencer atacando a crise política".

E dá uma estocada mais funda em Sarney: "As vezes, fico com a impressão de que retornamos aos instantes de 1983 e 1984 da luta contra um poder que não está disposto a consolidar o processo democrático brasileiro. Precisamos ter uma Constituição o mais rapidamente possível. A esperança, a vontade da nação é eleger este ano um governo de legitimidade incontestável e, portanto, oriundo do voto popular, para ensejar que a nação construa seu caminho democrático".

## 'Super-Helinho' usa TV para iniciar campanha

**Super-Helinho**, nome de campanha do empresário Hélio Paulo Ferraz quando foi candidato a senador pelo PL, vai ganhar vida como personagem de teatro de fantoche, num programa matinal de televisão. Investindo no mesmo marketing eleitoral que lhe deu mais de um milhão de votos em todo o estado nas eleições de 1986 — quando conquistou a simpatia do público infanto-juvenil vendendo a imagem de um super-herói —, Hélio Ferraz pretende reeditar o sucesso na campanha rumo à Prefeitura do Rio.

As histórias do mais novo herói a conquistar o coração das crianças ainda não estão prontas mas terão perfis semelhantes aos das tiras de quadrinhos publicadas diariamente nos jornais. Além desta programação infantil, transmitida pela televisão (ainda não se sabe por que canal), a partir de abril, o candidato vai recorrer às máscaras do **Super-Helinho** que fizeram tanto sucesso nas eleições passadas, voltando a distribuí-las para as crianças.

Defendendo a doutrina do social-liberalismo, também sustentada pelo Partido Liberal (de onde Hélio Ferraz saiu há quase um ano), o empresário cita o líder indiano Mahatma Gandhi ao pregar a proposta de descentralização administrativa, através de um sistema de autogestão, um dos principais projetos de sua plataforma eleitoral.

Ele justifica sua intenção de candidatar-se à Prefeitura do Rio pelo número expressivo de votos que teve no município: 600 mil. **Super-Helinho** aponta a necessidade da formação de uma aliança entre os liberais: "Vejo com muita simpatia a indicação por parte do PL de um candidato a vice na minha chapa", propôs. No entanto, segundo ele, antes de qualquer aliança sua candidatura precisa firmar-se dentro do PFL, que possui mais três nomes fortes para concorrer às eleições municipais: os constituintes Sandra Cavalcanti, Francisco Dornelles e Rubem Medina.

## Dissidentes do PMDB de Minas fazem reunião

BELO HORIZONTE — Seis dos 35 deputados federais do PMDB mineiro reúnem-se nesta segunda-feira, em Brasília, com integrantes do MUP (Movimento de Unidade Progressista) e outros constituintes insatisfeitos com os rumos tomados pelo partido, para definir a estratégia que adotarão para deixar o PMDB. As primeiras dissensões poderão ocorrer já na próxima semana, embora os líderes do grupo defendam a saída em bloco, segundo informou ontem o deputado Octávio Elísio.

A reunião, que está sendo convocada pelo deputado Nilton Friederich (PMDB-PR), do MUP, além de tentar evitar atitudes isoladas, como "a saída de alguns parlamentares, antes da definição dos demais, criando constrangimentos", segundo Octávio Elísio, deverá ter em pauta as opções existentes para os dissidentes do PMDB: fundar uma nova agremiação ou buscar abrigo numa outra já existente.

## Ulysses vai divulgar todo dia lista dos que não comparecem

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, prometeu divulgar todos os dias os nomes dos parlamentares que faltarem às sessões. Os 262 que foram ontem ao plenário pressionaram a Mesa para identificar e punir os ausentes, sugerindo desde o desconto dos subsídios, até a divulgação dos nomes dos faltosos em seus respectivos estados e a cassação dos mandatos. Ulysses apoiou a ideia de constrear os faltosos e manteve as sessões convocadas para hoje e amanhã.

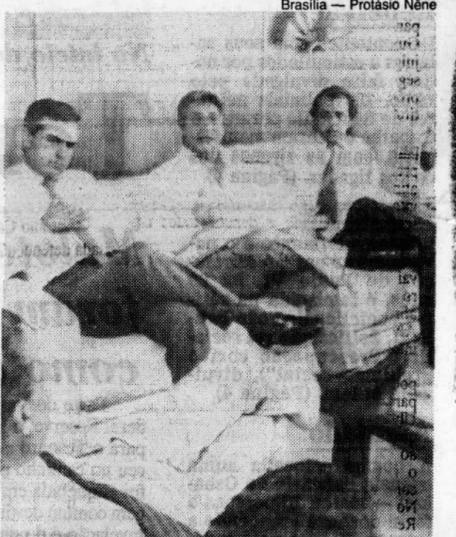
Há 10 dias que não há votação porque é necessário a presença de 280 parlamentares. Para o deputado José Genoíno (PT-SP), a questão, além de moral e ética, é política: "A crise política pela qual passa o país pode se agravar com a paralisação dos trabalhos da Constituinte diante da ausência dos parlamentares que recebem altos salários e não trabalham".

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) diz que a continuação dos trabalhos é a resposta que os políticos podem dar aos que criticam a Constituinte. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) vai mais longe: pede, através de requerimento e projeto de resolução, a cassação do mandato dos deputados e senadores cujo total de faltas corresponde a um terço das sessões, como determina a atual Constituição, no inciso III do artigo 35, para quem não comparecer a um terço das sessões da Câmara e do Senado. "Por analogia, a regra deve ser aplicada à Constituinte", diz Delgado.

A lista dos faltosos seria divulgada através do *Diário da Constituinte*, que vai ao ar duas vezes por dia em todo país pelo rádio e televisão, de acordo com a sugestão do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS). Mas não foi possível obter qualquer resposta, já que o responsável pelo *Diário*, o terceiro-secretário, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) não estava em Brasília.

Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) sugeriu que a Mesa considere automaticamente licenciado o deputado que não aparecer para votar, enquanto Cunha Bueno (PDS-SP) pediu que fossem impressos e distribuídos cartazes com o nome dos ausentes. Ruy Nedel (PMDB-RS) acha que eles devem ser substituídos pelos respectivos suplentes, e Paulo Ramos sugeriu a mudança do Regimento tornando possível votar com qualquer número.

"Se continuar esse ritmo serão necessários 400 dias para se votar a Constituição" — calcula o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) — "porque apenas um terço do tempo das sessões se destina às votações." Mesmo sem quórum para deliberações, o deputado Ulysses Guimarães manteve a convocação para hoje e amanhã. "Não quero, não vou e não posso estabelecer mau precedente. A Constituinte está convocada para este final de semana para um trabalho sem interrupção, e, traduzindo um apelo da sociedade e da nação, não tenho força para desconvoar", disse.



Brasília — Protásio Nêne

## Pimenta (E) e Covas (C) na reunião PMDB aceita demissão como quer o 'Centrão'

A liderança do PMDB decidiu aceitar o pagamento de indenização ao empregado demitido sem justa causa, como quer o **Centrão**, depois de ouvir um apelo do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante um almoço na casa do ministro da Previdência Social, Renato Archer, para que fosse evitado um confronto na votação sobre estabilidade no emprego.

Mas não aceita, ainda por orientação de Ulysses, que a estabilidade seja trocada por indenização. O texto-base para as negociações, que deverão se estender até às vésperas da votação (provavelmente na próxima quarta-feira), passa a ser agora o da emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que consagra a proteção da relação de emprego contra a demissão imotivada, a ser definida em lei complementar, que assegurará indenização compensatória "sem prejuízo de outros benefícios".

No almoço na casa de Archer, estavam o senador Fernando Henrique Cardoso, os deputados pemedebistas Antônio Brito, Pimenta da Veiga, Nelson Jobim e Ronaldo César Coelho, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). Ulysses sugeriu duas alterações na emenda de Ronaldo: que em vez de "protegida", a relação de emprego seja "garantida" contra demissão imotivada e que o pagamento da indenização se dê sem prejuízo de outros "direitos", no lugar de "benefícios".

**Palavra-chave** — O presidente da Constituinte não aceita, e disso informou os dois representantes do **Centrão** — Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e José Geraldo (PMDB-MG) — em nova reunião na casa do líder do PMDB, senador Mário Covas, é que no texto permanente conste que a estabilidade seja "mediante" indenização compensatória. Segundo a liderança do PMDB, essa palavra simplesmente anula o princípio da estabilidade e troca a garantia de emprego pela indenização.

O "mediante", até o início da noite, era a única ameaça ao acordo. Isso porque, segundo Antônio Brito, um dos vice-líderes de Covas, o PMDB não fará acordo se o **Centrão** insistir nela. "Nesse caso, vamos para o voto", resumiu Brito. Se for assim, o PMDB voltará a defender que a questão da estabilidade seja remetida para a lei ordinária.

José Geraldo e Luís Roberto Ponte saíram da reunião para apresentar a proposta ao restante do grupo que, pelas manifestações de outros integrantes, dificilmente aceitará a retirada da palavra. Os deputados Guilherme Afif Domingos (PL-SP), José Lins (PFL-CE) e o próprio Ponte preferem medir forças no plenário a aceitar a proposta de Ronaldo César Coelho sem alterações. "O nosso receio é que na legislação complementar sejam definidos casos de proibição pura e simples de demissão", admitiu José Geraldo.

A proposta de Ronaldo César conta com apoio do presidente da Fiesp, Mário Amato, e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, que telefonaram durante a reunião para dizer que aceitam.